

O papel do microcrédito produtivo orientado para o desenvolvimento da Economia Solidária

Geórgia F. Barros¹

*¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM, Campus Mucuri.
georgiafbarros@gmail.com*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo a apresentação e análise do microcrédito produtivo orientado enquanto ferramenta que potencializa o fomento dos empreendimentos econômicos solidários. Parte-se do princípio que tais empreendimentos ainda se deparam com uma série de constrições ao seu desenvolvimento e que tais fragilidades podem ser superadas pela ação das políticas públicas de promoção e fomento. Nesse sentido, o acesso ao (micro)crédito pode ser considerado um dos caminhos viáveis para superação de grande parte dos desafios que afligem os pequenos negócios, em especial, se esse crédito vier acompanhado de informação e aprendizado.

Palavras-chave: Economia solidária, Microcrédito, Finanças solidárias.

1 Introdução

O fortalecimento e incentivo às condições de inserção dos segmentos populares sob a ótica do trabalho associado representam um posicionamento teórico-prático e político diferenciado para a compreensão da questão social. Em geral, as atividades dos trabalhadores que encontram alternativas de inserção produtiva na Economia Solidária (ES) são originalmente autônomas e informais (VARANDA; BOCAYUVA, 2009) e encontram a partir da cooperação e solidariedade potenciais de se tornarem formais e sustentáveis.

A Economia Solidária (ES) pode ser então tratada como fundamento de uma globalização humanizadora (AMORIM; ARAUJO, 2004), um caminho para a emancipação do trabalho humano e para a relação social assalariada ou precarizada em direção à omnilateralidade do trabalho humano, tão massacrada pelo capital.

Contudo, embora se observe que a ES tem avançado na sua organização política, constituindo fóruns e redes de atuação, permanece o questionamento sobre as escalas de atuação e sobre a fragmentação institucional das conquistas até então realizadas (isolamento das ações, insuficiência dos programas formulados, fundos públicos disponíveis, etc.). Seu desenvolvimento ainda enfrenta diversos percalços, que limitam sua ação em termos de efetividade e abrangência. Nesse sentido, podem ser apontadas algumas fragilidades que sustentam esses percalços: dificuldades de comercialização, acesso ao crédito, fomento, conhecimento e assistência tecnológica. (ALVES DA SILVA; SARDÄ DE FARIA, 2009).

O objetivo do presente artigo é estudar o microcrédito produtivo orientado enquanto uma alternativa possível de superação de um dos entraves ao desenvolvimento da ES, quer seja, o acesso ao crédito. Diferentemente de outras estratégias de crédito para a população de baixa renda, as metodologias de microcrédito produtivo orientado trazem consigo a educação dos clientes para o crédito e tornam o acesso aos serviços financeiros menos arriscados para os tomadores, ao evitar que se endividem além de sua capacidade. Dessa maneira, as

metodologias de microcrédito produtivo orientado buscam reduzir a assimetria de informações e o risco de crédito por meio da ação de agentes de crédito e também pelas estratégias de pressão de grupos, no caso das metodologias de banco comunitário e grupos solidários.

2 Duas histórias e a possibilidade de um caminho

A Índia do final do século XIX era ainda marcada pelo domínio britânico. No entanto, nos anos 20 cresceu a luta nacionalista sob a liderança de Gandhi, do Partido do Congresso. Pregando a resistência pacífica, Gandhi deu início a um amplo movimento de desobediência civil que incluía o boicote aos produtos britânicos e a recusa ao pagamento de impostos. Juntamente com o líder político Nehru, Gandhi consegue abalar a estrutura da dominação britânica através de campanhas sucessivas contra o pagamento de impostos e contra o consumo de produtos manufaturados ingleses, entre outros.

Esses revolucionários, insatisfeitos com as precárias condições de vida da população, voltaram-se para a reabilitação e para o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, praticadas em suas aldeias, como estratégia de luta contra tal domínio. Assim, entre os anos de 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas voltados à popularização da fiação manual (que era realizada em uma roca de fiar, a Charkha), como forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que perpetuava na Índia. Tais ações despertaram a consciência política dos habitantes das vilas daquele país para a necessidade da auto-determinação do povo e renovação da indústria nativa hindu. Conforme pregava o próprio Gandhi, “produção pelas massas, não produção em massa” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Cerca de 50 anos depois, em torno de 1974, o então jovem professor de economia da Universidade de Chittagong, localizada em Bangladesh, Muhammad Yunus, impressionado com o estado da pobreza em seu país e com a “Terrível Fome” que assolou o país, agravando a miséria e gerando um expressivo êxodo rural para a capital, resolveu reunir colaboradores e iniciar estudos acerca da natureza da fome. Começaram suas pesquisas na aldeia de Jobra e observaram que as pessoas verdadeiramente pobres, aquelas que não possuíam nenhum tipo de propriedade, viam-se endividadas por empréstimos feitos a agiotas, o que as deixam em permanente situação de miséria (YUNUS; JOLIS, 2002; GRAMEEN, 2010)..

Mas a grande descoberta do grupo foi que o valor necessário para cobrir tais dívidas era irrisório². A equipe da universidade de Chittagong passou então a emprestar as quantias necessárias aos micro-produtores pobres, e os primeiros 27 dólares vieram do próprio Yunus como aplicação filantrópica, que os ofereceu em empréstimo sem prazo específico de reembolso e sem cobrar juros. Aos poucos, ele começou a usar seu crédito pessoal e a repassar os valores recebidos como empréstimos aos mais pobres (SINGER, 2002). Entre 1977 e 1979 conseguiu convencer o Banco Agrícola a abrir uma agência experimental em Jobra, com o nome de Grameen (Banco da Aldeia), com a finalidade de realizar empréstimos à população mais carente utilizando o aval solidário. A experiência do Grameen inspirou programas de microcrédito no mundo todo. Em 2007, o Grameen Bank contava com uma carteira de 7,2 milhões de clientes, uma carteira ativa de 498 milhões de dólares, e estava presente em 58 países. Seu fundador, Muhammed Yunus, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006 pelo impacto social gerado (GRAMEEN, 2010).

² Um levantamento mostrou que a totalidade dos povos de Jobra, constituídos por 42 pessoas precisaria de uma soma de 856 takas (27 dólares) para sair das garras dos agiotas (SINGER, 2002).

As experiências, brevemente relatadas acima, são de grande importância para o contexto atual, em especial, no âmbito de regiões e países onde a pobreza e a miséria, em grande parte difundidas e perpetuadas pela ação do grande capital, sinalizam por uma mudança estrutural profunda, urgente, pontual. No contexto de um capitalismo cada vez mais excludente, os países de terceiro mundo têm ficado cada vez mais a par dos desenvolvimentos econômicos e sociais.

Em especial, a partir da década de 90, observa-se um processo de globalização cada vez mais acelerado, em grande medida apoiado nos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, mas cujo conteúdo não foi dado pela globalização das trocas, e sim pela mundialização das operações do capital. Podemos falar desse modo, de uma mundialização do capital, no sentido de que essa nova fase do processo de internacionalização inclui uma progressão quantitativa e qualitativa do movimento de concentração e centralização do capital: ao lado da marginalização de regiões inteiras temos o grande capital, centralizado e rentista, na figura dos grandes e poderosos oligopólios, que dominam a maioria dos sistemas nacionais, de forma hierarquizada e estruturada (CHESNAIS, 1996, 1998).

É no âmbito dessas constatações que têm crescido nas últimas décadas empreendimentos de natureza sócio-econômica voltados à promoção da cooperação entre trabalhadores, produtores e seus familiares. Tais empreendimentos, desenvolvidos no âmbito da Economia Solidária, representam uma alternativa potencial de minimização das limitações impostas às camadas mais pobres das populações, no sentido de facilitarem o acesso ao mercado de trabalho, criando oportunidades de inclusão social e de crescimento e dinamização de cadeias produtivas. No cerne desse movimento, está a compreensão de que é por meio da cooperação, solidariedade e auto-gestão que se torna possível a construção democrática de propostas e práticas que permitam melhorar as condições de vida da população historicamente excluída.

3 A Economia Solidária, as tecnologias sociais e as políticas públicas

De acordo com Singer (2000), a Economia solidária une a capacidade de produção e consumo da produção simples de mercadoria com o princípio de socialização dos meios de produção do capitalismo, e isso ocorre a partir do momento em que os sistemas passam a ser operados por um grande número de pessoas cooperando entre si. Assim, em conformidade com o referido autor (p. 13):

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que a utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Referenciado como importante fundamento e instrumento para a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários é o conceito de tecnologia social (TS)³. Conforme estabelece o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008, p.24), “quando se pensa a economia solidária como uma nova perspectiva de desenvolvimento, há que se pensar

³ De acordo com a definição da Rede de Tecnologia Social (RTS), a Tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. A idéia de reaplicação, diferente de replicação, é usada no sentido de se entender as tecnologias sociais como modelos flexíveis, cuja aplicação em cada lugar é caracterizada por um processo inovador.

também, novas formas de se fazer pesquisa e gerar tecnologia”. Isso porque quando a Economia Solidária pressupõe uma nova forma de organização social do trabalho, ela precisa de uma tecnologia para atender aos seus princípios e singularidades.

Conforme observa Dagnino (2004), são as características próprias da tecnologia social (adaptada ao pequeno tamanho físico e financeiro, orientada para o mercado interno de massa, liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto, capacidade de viabilizar economicamente os empreendimentos auto-gestionários e as pequenas empresas, dentre outras) que as tornam mais propensas à inclusão social do que as tecnologias convencionais, cujo principal propósito é garantir a maximização do lucro privado. Dito de outra forma, a TS é uma peça fundamental para os alicerces da ES na medida em que se fundamenta em uma construção social baseada no interesse coletivo⁴.

Por outro lado, a tecnologia social encontra na economia solidária uma interessante alternativa para a ampliação de seus horizontes, como matéria-prima essencial para a realização de iniciativas de geração de trabalho e de melhoria da renda de grupos econômicos menos abastados. A esse respeito, faz-se cada vez mais necessária a implementação de políticas públicas⁵ coerentes com as novas concepções e orientações de um desenvolvimento sustentável e solidário. “O desenvolvimento econômico e tecnológico não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões” (I CONAES, n. 15).

É, portanto, essencial, para o funcionamento do processo, a participação ativa da base comunitária numa dinâmica de inovação e transformação das relações sociais. As referidas políticas públicas devem ser caracterizadas por ações transversais que tenham a capacidade de articular instrumentos de diversas áreas. Nesse sentido, a participação do Estado é essencial para direcionar as políticas públicas a dar suporte às ações coletivas, fortalecendo as redes sociais, econômicas e políticas locais.

A construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, requerem uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a inter-setorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social (PRAXEDES, 2009).

Com base nesse quadro, os diferentes programas de economia solidária, construídos e orientados mais ou menos de acordo com a demanda do próprio movimento social, abrangem políticas de formação, capacitação, comercialização, crédito etc. voltadas para as unidades de produção coletivas que se enquadram na definição de empreendimento econômico solidário.

Uma forma de classificar as políticas públicas de Economia Solidária consiste na diferenciação entre políticas de implementação direta e políticas públicas indiretas. No primeiro grupo, encontram-se as políticas em que o próprio poder público – de qualquer das

⁴ São exemplos de TS o clássico soro e as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso a água de boa qualidade à população do semi-árido.

⁵ As políticas públicas de economia solidária são definidas como: “[...] aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. [...] As políticas públicas de economia solidária possuem como beneficiários diretos trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de empreendimentos econômicos solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição (BRASIL, 2009, p. 4).

esferas – é executor da política pública, tendo um papel indutivo. É, dessa forma, dever do Estado desenvolver políticas de geração de trabalho e renda que dêem resposta aos cidadãos brasileiros, que não vinham sendo atendidos pelas políticas mais “tradicionais” de geração de emprego e renda⁶. Os propugnadores dessa forma de atuação do poder público defendem a implementação de um Sistema Nacional de Economia Solidária, (à semelhança do Sistema Único de Saúde – SUS). Outras demandas enfocam maior espaço institucional da Economia Solidária no governo federal com o fortalecimento da SENAES, e a criação de uma Lei Orgânica de Economia Solidária – LOES, que defina a Política Nacional de Economia Solidária⁷ (BITELMAN, 2008).

Já as políticas públicas indiretas são compostas por medidas como a criação e reformulação do marco legal, criação de sistemas de financiamento e fomento para a Economia Solidária, entre outras, que dão suporte aos EES e às entidades de apoio, assessoria e fomento à ES, à ação da sociedade. Alguns autores do movimento de Economia Solidária acreditam que as políticas públicas indiretas são as mais importantes, sendo necessário fortalecer as instituições da sociedade civil e os próprios EES⁸. Nesta segunda perspectiva se insere nosso objetivo de apresentar o microcrédito produtivo orientado como um instrumento essencial ao desenvolvimento dos EES. Antes disso, entretanto, será resumidamente apresentado o cenários e as conquistas da ES no Brasil.

3.1 A ES no Brasil

De acordo com o Atlas da Economia solidária (2007), há cerca de 21.859 empreendimentos de economia solidária (EES) no país, com concentração na região nordeste, sudeste e sul. Essas regiões, consideradas nessa ordem, também são as que mais realizaram investimentos no ano de 2007⁹, conforme pode-se verificar na Tabela 1 abaixo.

Com exceção dos investimentos não declarados, a classe de valor mais utilizada é a compreendida entre R\$1001 a R\$10.000, seguida da classe compreendida entre R\$1 a R\$ 1000.

Tabela 1 – Investimentos realizados por classes de valores e regiões

Região	R\$ 0,00	De R\$1 a R\$1000	De R\$1001 a R\$10000	De R\$10001 a R\$100000	De R\$100001 acima	Não declarados	Total	%
Norte	328	253	415	204	75	1381	2656	12,15
Nordeste	128	839	1293	909	201	6128	9498	43,45
Sudeste	98	549	687	324	69	2185	3912	17,88
Sul	58	304	643	469	133	1976	3583	16,39
Centro Oeste	53	170	294	191	44	1458	2210	10,11
Total	665	2115	3332	2097	522	13128	21859	100,00

Fonte: Atlas da Economia Solidária. 2007.

⁶ Neste caso, a esfera pública executa atividades de formação de empreendimentos, incubação, estimula a criação de novas cooperativas, presta assessorias diversas aos empreendimentos, constitui Centros Públicos de Economia Solidária, conta com servidores públicos efetivos atuando diretamente nesses serviços prestados aos cidadãos.

⁷ Nesse grupo estão reunidos gestores públicos, como Sandra Nishimura, de Londrina, Ângela Schwengber, que atuou em São Paulo e depois em Santo André, Emídio de Souza, Dulce Cazzuni, Sandra Praxedes, Maria Paula Patrone, de Osasco, entre outros

⁸ Paul Singer e Sônia Kruppa também compartilham essa visão.

⁹ Última informação fornecida pelo Atlas.

Para realização de tais investimentos os EES contaram com o capital dos próprios sócios, com empréstimos e doações. No que diz respeito ao segundo caso (empréstimos), a região que mais contratou crédito foi a nordeste. Quanto às classes de tais empréstimos temos, excluídos os não declarados, e, de acordo com a Tabela 2 abaixo, que os empréstimos concentram-se na classe de R\$1001 a R\$10.000, exatamente a mesma classe de recursos utilizados pelos investimentos.

Tabela 2 – Classes de crédito por região brasileira

Região	R\$ 0,00	De R\$1 a R\$1000	De R\$1001 a R\$10000	De R\$10001 a R\$100000	De R\$100001 acima	Não declarados	Total	%
Norte	347	22	93	167	115	1912	2656	12.21
Nordeste	32	151	611	731	200	7773	9498	43.66
Sudeste	23	59	145	104	47	3534	3912	17.98
Sul	28	37	212	210	110	2986	3583	16.47
Centro Oeste	17	31	80		55	1921	2104	9.67
Total	447	300	1141	1318	527	18126	21753	100
%	2.05	1.38	5.25	6.06	2.42	83.33		

Fonte: Atlas da Economia Solidária. 2007.

Os principais fornecedores das linhas de créditos podem ser visualizados na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Fornecedores de crédito, por região

Região	Banco público	Coop. Credito	Banco Popular	Outras fontes
Norte	316	2	45	128
Nordeste	1112	20	199	450
Sudeste	142	15	101	155
Sul	260	133	85	229
Centro Oeste	155	10	69	87
Total	1985	180	499	1049
%	53,46	4,85	13,44	28,25

Fonte: Atlas da Economia Solidária. 2007.

Pode-se constar que o grande prestador aos EES é o Banco Público. Para os EES que contrataram crédito, apenas 6% afirmam estar com pagamento atrasado.

Aproximadamente 76,4% dos empreendimentos apontaram necessidade de financiamento/credito, seja para capital de giro, investimento ou ambos. Para a contratação do mesmo, foram apontadas como principais dificuldades encontradas, por ordem de relevância apontada: a falta de documentação necessária, a dificuldade em se elaborar projeto, as exigências burocráticas, as elevadas taxas de juros, a falta de aval e de garantia, dentre outras.

Das análises acima realizadas, pode-se constar que o valor do investimento, bem como do crédito necessário para a execução de suas atividades é pequeno, como é também pequena a inadimplência dos EES. Entraves significativos às atividades desses micro-empresendimentos são a falta de informações e a inadequabilidade dos créditos existentes em atender as necessidades específicas desse tipo de negócio. A esse respeito, o micro-credito produtivo orientado surge como uma possível alternativa para alguns dos problemas propostos, uma vez que, além de possibilitar a realização de empréstimos para pequenos empreendimentos, tal contratação vem acompanhada de informações acerca de como utilizar esse recurso e potencializar o investimento realizado.

4 O microcrédito produtivo orientado

A questão do financiamento para os EES tem sido nos últimos tempos objeto de debate¹⁰. Parte-se do pressuposto de que o papel que os micro-negócios desempenham na melhoria da qualidade de vida das famílias pode ser ampliado se as mesmas tiverem acesso a um dos ingredientes necessários a consolidação e crescimento dessas empresas - o crédito.

Em um artigo publicado pela Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS), o autor Martins (2002) argumenta ser o acesso ao micro-negócio e conseqüentemente ao crédito, um direito essencial dos cidadãos brasileiros. Para fundamentar seu argumento, cita que a Constituição Federal do País estabelece, como uma das obrigações do Estado de Direito no país, o combate a toda sorte de exclusão social e a garantia de insumos matérias e direitos (subjativos) a todo indivíduo. Ele argumenta que:

O acesso ao credito, da mesma forma que o acesso aos meios de telecomunicações, se não configuram-se imediatamente como um dos direitos péticos, são parcelas essenciais da existência daqueles. É uma das fronteiras que, se não forem transpostas, impedirão ao indivíduo e a sociedade como um todo o gozo de seus direitos fundamentais, a garantia da constituição e manutenção de um “patrimônio cidadão mínimo. (MARTINS, 2002).

As instituições bancárias, pelo fato de apenas visarem o lucro, priorizam operações de maior vulto. Além disso, as exigências de documentação e garantias, a burocracia, os juros excessivos são fatores muito complicados, constrangedores e de alto custo para o perfil dos proprietários de pequenos negócios. É necessária, portanto, a constituição de fundos específicos, que atendam as necessidades peculiares dos empreendimentos de micro porte, que carecem em grande medida de informação e garantias. Nesse sentido, algumas ações merecem destaque: os cooperativismos de crédito, bancos comunitários, fundos solidários, moedas sociais, dentre outros.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), iniciativa do governo federal foi instituído pela lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005 e define Microcrédito Produtivo Orientado como o crédito concedido para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerada ainda que:

- O atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento de empreendimento;
- O Contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período de contrato de crédito, visitando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- -O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos.

O MPO abarca, portanto, as seguintes características: crédito predominante de baixo valor oferecido por instituições financeiras ou não, (dentre as quais se incluem Sociedades de

¹⁰ I Plenária nacional de Economia Solidária, realizada em São Paulo em 2002, proposição do Programa da SENEAES, das políticas de financiamento social debatidas na I Conferência Nacional de Economia Solidária e na Rede de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária.

Crédito ao Micro-empendedor (SCM), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Governos Estaduais e Locais, Bancos Privados, ou uma combinação entre estes); em apoio aos micro-empendedores formais ou informais, para fomento da atividade produtiva como capital de giro e investimento em máquinas e equipamento para funcionamento da atividade, de maneira orientada por agente de crédito e /ou assistida por programas de capacitação, freqüentemente sem garantia real, ou seja, com aval solidário (MTE, 2010).

O público-alvo são as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte com renda bruta anual de até R\$120.000,00. As instituições financeiras operadoras são:

- Com os recursos do FAT: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES (instituições financeiras oficiais de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990);
- Com a parcela dos recursos de depósitos à vista: os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal

Embora o setor de micro-finanças no Brasil revele baixas estatísticas de desempenho, seja do ponto de vista absoluto em créditos e clientes, seja do ponto de vista relativo, comparando-se com a indústria financeira nacional ou mesmo com outros países, ele tem crescido de forma significativa nos últimos anos. A tabela abaixo resume a evolução das operações do MPO no Brasil no período de 2005 a 2009:

Tabela 4 – Evolução das Operações de MPO no Brasil (2005 – 2009)

Ano	Operações de Microcrédito (R\$)	Índice (%) ¹	Valor nominal concedido – R\$	Índice ²	Valor real concedido ³
2005	632.106	100,00	602.340.000,00	100,00	466.072.565
2006	828.847	131,12	831.815.600,80	138,10	671.545.367,92
2007	963.459	152,42	1.100.375.829,94	182,68	952.706.310,93
2008	1.274.296	201,60	1.807.071.717,91	300,01	1.689.320.589,70
2009	1.605.515	253,99	2.283.955.244,22	379,18	2.283.955.244,22
Total	5.304.223		6.625.558.392,87		6.063.600.077,76

Fonte: MTE. 2010.

¹ Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado

² Valores Nominais.

³ Índice do Volume de Crédito Concedido para MPO. Ano-Base 2005 = 100,00.

⁴ Valores Reais. Base: 4º Trimestre. 2009 = 100, Deflator Implícito INPC/IBGE.

Na Tabela 1 acima pode-se observar o crescimento dos valores (volume) nominiais e reais concedidos à população, bem como a elevação da quantidade de operações.

O público-alvo principal são as mulheres, com grande participação dos trabalhadores informais e com concentração na atividade de comércio. A destinação do MPO privilegia o capital de giro, em primeiro lugar, seguido pela finalidade mista (capital de giro mais investimento) e, por último, investimento.

A oferta de MPO está concentrada pelas OSCIPs e pelas cooperativas de crédito. A região que mais utiliza o MPO é a Sul, seguida do Sudeste e Nordeste, que são também as regiões que concentram o maior número de EES.

Tabela 5 – Distribuição do MPO por região e constituição jurídica

Região	OSCIP	SCM	Coop. credito	AF	Banco Coop.	Total	%
Norte	11	2	1	2	0	16	5,65
Nordeste	35	1	19	3	0	58	20,49
Sul	38	4	86	2	1	131	46,29
Sudeste	38	12	15	0	0	65	22,97
Centro oeste	7	0	6	0	0	13	4,59
Total	129	19	127	7	1	283	
Total %	45,58	6,71	44,88	2,47	0,35	100	100

Fonte: MTE, 2010.

O MPO é uma forma mais adequada de fornecer crédito aos micro-empresendimentos de baixa renda. Mas é fundamental observar que todas as metodologias precisam ser adaptadas a cada país, a cada cidade, a cada situação pelas instituições que as implementam. As adaptações são necessárias para contemplar as diferenças de estrutura de custos, as diferenças culturais, a concorrência, a legislação vigente, entre outros fatores.

5 Considerações finais

No Brasil, a expansão dos serviços financeiros simplificados e de pequeno valor financeiro essenciais para a população mais pobre, fez com que muitos especialistas em serviços financeiros deixassem de perceber as diferenças entre o microcrédito produtivo orientado com seus benefícios especiais para a alavancagem dos empreendimentos informais e de pequeno porte, incluindo os de economia solidária (BARONE, 2002).

É importante observar que as diversas formas de finanças solidárias revelam uma rica experiência de organização na base, ao longo das últimas décadas, para o apoio e crédito a projetos produtivos de indivíduos, empreendimentos e comunidades que geralmente enfrentavam consideráveis dificuldades para acessar o sistema financeiro. Foi para driblar estas dificuldades que nasceram iniciativas como os bancos comunitários, os fundos rotativos solidários, e as entidades que atuam com microcrédito produtivo orientado.

No que diz respeito a esse último, trata-se de uma importante alternativa de combate à pobreza e redução das desigualdades sociais. Nos anos recentes, principalmente a partir da década de 1970, com a repercussão da experiência do Grameen Bank, sob a liderança do prof. Mohammed Yunus, este tipo de movimento passou a ser mais conhecido e estudado.

A experiência com MPO tem demonstrado que a maioria dos financiados conseguiram uma evolução do ponto de vista econômico e social, evidenciando que o MPO está contribuindo para o desenvolvimento dos financiados. É claro que a questão social não pode ser resolvida apenas com as políticas de crédito e, apesar do MPO ser uma ferramenta importante, não pode, por si só, resolver os problemas das desigualdades sociais. Entende-se, nesse sentido, que para o microcrédito poder desenvolver todo o seu potencial, deve ser acoplado a outras políticas, como a de qualificação profissional, por exemplo, formando, assim, uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável.

6 Referências Bibliográficas

ALVES DA SILVA, R. M.;SARDÁ DE FARIA, M. Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas. In: BOCAJUVA, P. C.C.;VARANDA, A. P DE M (orgs). *Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fase: IPPUR, UFRJ, 2009.

AMORIM, B. M. F.; ARAUJO, H. E. Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho? *Mercado de Trabalho*, Brasília, n. 24, p. 45-52, Ago. 2004.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em <www.mte.gov>. Acesso em: 07 Jun. 2010..

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria (ed.). *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BITELMAN, M. F. *A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco*. 190 p. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998 (caps. 3 e 8).

CONAES – I Conferência Nacional de Economia Solidária. *Anais*. Brasília: SENAES/MTE, 2006. (Anais)

DAGNINO, R. A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo. In: SANTOS, L. et al. *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: Iapar, 2004.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: VÁRIOS AUTORES (2004). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. 216 p.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Brasília: FBES, 2008.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *Plataforma da Economia Solidária*. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 07 Jun. 2010.

GRAMEEN BANK. Banking for the poor. Disponível em: HTTP://www.grameen-info.org. Acesso em: : 07 Jun. 2010.

MARTINS, Paulo Haus et al. *Regulamentação das microfinanças*. BNDES: Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO – MTE. Disponível em : <www.mte.gov.br>. Acesso em: : 07 Jun. 2010.

PRAXEDES, S. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. In: *Boletim Mercado de Trabalho*. Brasília: IPEA, n. 39, p. 57-62, maio de 2009.

REDE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. *Empreendimentos solidários*. Acesso em: <www.rts.org.br>. Acesso em : : 05 Jun. 2010.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

_____. *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto, 2000.

YUNUS, M.; JOLIS, A. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Atica, 2002. 343p.